

CASO INSTITUTO ROYAL - Quando “não” quer dizer “sim”

05-Nov-2013

Por Liege Copstein Sempre apanhada de calças na mão quando se trata de perceber os movimentos sociais autênticos, a mídia mainstream reagiu ao resgate dos beagles do Instituto Royal da mesma forma como noticiou as manifestações de rua de junho último. Ansiosa por ser mais realista que o rei, num primeiro momento alinhou-se instintivamente ao poder hegemônico: os manifestantes eram “vândalos” e “baderneiros”; “o movimento não representava a maioria”; e “existem formas civilizadas de reivindicar”.

Logo a seguir, sentindo que ia por mau caminho, reformulou o discurso. “Baderneiros” viraram “manifestantes” e a expressão facial dos âncoras dos telejornais – este poderoso recurso textual – mudou imediatamente das sobancelhas cerradas carregadas de condenação para o tom animado de quem quer fazer parte da festa. Nesses momentos, alguns setores da imprensa assumem uma risível (im)postura de isenção, enquanto aguardam o desenrolar do debate e avaliam as próximas jogadas. Subterraneamente, porém, continuam trabalhando a favor dos aliados de sempre.

Assim tem sido com a suposta isenção do debate sobre os testes em animais. Vamos nos ater a um exemplo apenas. O jornal Folha de S.Paulo, em seu espaço Opinião de 26 de outubro, propôs a questão: “É certo usar animais em pesquisas científicas?”. Afetando imparcialidade, elegeu o médico nefrologista e coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo, José Medina Pestana, para argumentar a favor dos testes. Seria apenas lógico que outro cientista – e existem muitos – fosse convidado a argumentar contra os mesmos testes. Um deles poderia ser o biólogo Sergio Greif, por exemplo, formado pela Unicamp, mestre em Alimentos e Nutrição com tese em nutrição vegetariana, e coautor do livro A Verdadeira Face da Experimentação Animal: A sua saúde em perigo.

Ameaça inaceitável

Porém, surpreendentemente, quem veio falar contra os testes em animais foi o rabino Nilton Bonder. Note-se: aqui já se cria uma ilusão de oposição entre o pensamento científico e o pensamento filosófico. Como se quem é contrário aos testes pudesse argumentar apenas no terreno do abstrato, do ideal e da hipótese, enquanto os que são a favor são respaldados pela lógica incontestável do concreto. Se a ideia da Folha era abordar o aspecto científico do problema, dois cientistas deveriam ter debatido. Se era debatê-lo filosoficamente... Bem, aí seria bem mais difícil achar, para defender os testes em animais, um debatedor que produzisse argumentos lógicos, a não ser talvez um fundamentalista bíblico escorado por dogmas. Mas não é só.

Figura simpática e querida por sua postura lúcida, contemporânea e altruísta, o rabino Nilton Bonder infelizmente já começa por um falso enunciado: afirma ser contra a experimentação em animais “da maneira cruel e indiscriminada como é feita hoje”. Ou seja, de outra maneira, seria a favor. De uma maneira menos cruel, talvez. De uma maneira mais restrita. No fim das contas, ele é a favor.

Bonder revela logo o tom antropocentrista – aquele que coloca o homem como centro do universo e senhor da criação – que norteará todo o texto (mas quem quiser pode chamar de “humanista”; tudo bem, este termo pede urgentemente uma revisão semântica): diz ele que “sou contra (a experimentação em animais) mais pela intenção de preservar o próprio ser humano do que apenas os animais”. Ele admite que o debate ético sobre os direitos animais é relevante e que “o uso de critérios raciais de inferioridade comparativa é uma inaceitável ameaça às conquistas que nos afastam de perversões, escravaturas, inquisições, autoritarismos e nazismo”.

Criação superior

Mas novamente engaja-se numa argumentação confusa quando afirma: “Acho, porém, que todas essas razões não são suficientes para evitar o uso dos animais em experimentos, porque são todas reivindicações por direitos. E o direito de um termina diante do direito do outro.” Se entendi bem, ele não se refere ao direito dos animais em não serem utilizados como objetos, mas justamente ao direito de propriedade daqueles que realizam os testes de continuarem realizando-os, o que reduz os animais a propriedade, a objeto, e não sujeitos de direito.

E aqui, cabe um exemplo análogo: devemos respeitar “os direitos” de um serial killer, por exemplo? Devemos respeitar seu “modo de pensar”? Não, porque não é a liberdade de crença ou pensamento que está em jogo, e sim, a liberdade dos indivíduos vitimizados por essa “forma de pensar”.

Porém, o próprio autor a esta altura já admitiu que o texto não está focado nos direitos animais e é nisso que ele é mais surpreendente. Sugere um ângulo da questão que, apoiado na visão antropocentrista, acaba por questionar a experimentação animal. É o argumento de que, abolindo-se a experimentação animal, não estaremos privando a humanidade de algo – um suposto avanço da ciência –; e sim aumentando seu patrimônio ético e filosófico – um avanço da própria civilização, que não deve ser considerado desprezível.

O que se depreende do texto de Bonder é, em síntese, que não torturemos os animais para que não nos tornemos iguais a eles, que o homem é uma criação superior, dotado de privilégios, e que privilégios devem vir acompanhados de deveres. Um desses deveres seria zelar, de forma paternalista, pelo bem-estar das espécies inferiores. Essa hierarquização valorativa fica evidente quando ele afirma: “A ciência não pode nos levar de volta ao passado violento de nossa humanidade, em que os fins justificavam os meios. Nem pode a ciência nos reduzir a animais que apenas se diferenciam de outros animais por sua capacidade de se justificar”.

Falso debate

O melhor momento do artigo acontece quando o autor ilustra suas ideias com uma pequena anedota: Um rabino, questionado sobre porque, sendo um ser superior, recusava-se a explorar até a exaustão as forças de um cavalo, retruca: “Um ser humano, um mestre (ele próprio), com certeza não quererá se ver no tribunal do Mundo Vindouro em litígio com um simples cavalo!” Ou seja, numa leitura superficial, o que levou o rabino a poupar o cavalo não foi um sentimento de empatia por este, mas o temor de que um dia fossem colocados num patamar de direitos iguais. Em defesa da historinha, podemos apontar que o que lhe confere sentido cômico – e é preciso admitir, oportuniza reflexão –; é justamente a inconsistência lógica do rabino: embora ele próprio relute em reconhecer os direitos do animal, teme que numa instância superior – divina –; este possua direitos. O rabino cede ao especismo (ideologia que legitima uma espécie a escravizar outra, análoga ao racismo); mas no fundo, percebe que isso não é moralmente certo e não poderá ter aprovação no “mundo vindouro”.

Por outro lado, numa leitura também procedente, podemos desconfiar que com a proverbial sabedoria dos rabinos, o ancião da história encontra uma forma especialmente sutil de mostrar ao seu interlocutor uma das falácias do especismo. É como se dissesse: se o que nos confere a superioridade sobre os animais não humanos é a razão, então essa razão deve ser usada para produzir um comportamento ético. O problema é que os direitos de um sujeito não podem emanar de sua capacidade de raciocinar, do contrário seria moralmente aceitável escravizar indivíduos intelectualmente menos desenvolvidos também da nossa própria espécie, e isso é algo que nossa sociedade rejeita em consenso.

Então, o argumento de que não devemos escravizar animais porque somos mais racionais do que eles, que norteia o pensamento do rabino da fábula e também a argumentação do rabino Bonder, não atende plenamente os interesses dos animais não humanos, nem defende a causa dos que desejam abolir os testes em animais. Ele está baseado na condescendência, e não na igualdade de direitos. Ele dá margem a ressalvas, como a que Bonder faz no início “sou contra da maneira como são feitos”, que invalidam todo o desenvolvimento futuro da ideia, se é que ela se propunha a ser uma condenação aos testes em animais. É claro que o rabino Bonder tem todo o direito de desenvolver suas argumentações como bem quiser, utilizando o paradigma que ele próprio eleger. A Folha também tem autonomia para publicar o que achar pertinente. O que não pode é, sobre o pretexto de imparcialidade, forjar um falso debate onde os dois lados defendem, no fim das contas, o mesmo princípio: o da superioridade da espécie humana sobre as outras. http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed771_quando_nao_quer_dizer_sim